

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.534.670 - AM (2019/0192712-7)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AGRAVADO : FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
AGRAVADO : TERTO MORAIS NOGUEIRA
AGRAVADO : ORLANDO PUCAS
AGRAVADO : ANTONIO MORAIS NOGUEIRA
AGRAVADO : CLEUDOMAR GOMES DE ALMEIDA
AGRAVADO : FRANCISCO NOGUEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : FRANCISCO GUERRA SAMIAS
AGRAVADO : ONG ORGANIZAÇÃO GERAL DOS CACIQUES DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO POVO COCAMA DE TABATINGA - AM
AGRAVADO : ELADIO RODRIGO CURICO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (fls. 780/781):

AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA DESOCUPAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (RESERVA EXTRATIVISTA AUATÍ-PARANÁ) E REPARAÇÃO DE DANO AMBIENTAL. LIMINAR SATISFATIVA DEFERIDA E DESOCUPAÇÃO EXTINTIVA DO PROCESSO POR FALTA DE INTERESSE SUPERVENIENTE DE AGIR. NATUREZA PROVISÓRIA DA LIMINAR. PERSISTÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR. PROVIMENTO DA APELAÇÃO. EXAME DO MÉRITO (ART. 515, § 3º, DO CPC) INVASÃO DE RESERVA EXTRATIVISTA POR GRUPO QUE NÃO CONSTITUI A SOCIEDADE TRADICIONAL LOCAL. POSSIBILIDADE DE ARBITRAGEM DO DANO AMBIENTAL (PESCA PREDATÓRIA DO PIRARUCU) ESPÉCIE EM EXTINÇÃO. PARCIAL PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS.

1. Os réus invadiram reserva extrativista (Auatí - Paraná) legalmente instituída para manejo de espécies da fauna

aquática em extinção sob orientação do IBAMA.

2. A sentença, sob o fundamento de que os invasores deixaram a área da reserva extrativista de forma definitiva e que a liminar era satisfativa, extingui o processo sem resolução do mérito, por falta de interesse superveniente de agir (CPC, art. 267, VI).

3. O cumprimento de medida liminar em ação civil pública, mesmo de natureza satisfativa, não implica perda do objeto da demanda, em razão da provisoriedade e precariedade da tutela cautelar, que carece de confirmação por decisão definitiva.

4. Apelação provida e sentença reformada. Prosseguimento do julgamento com exame de mérito, ex vi do art. 515, § 3º, do CPC, estando os autos devidamente instituídos para decisão do meritum casual.

5. É incontroverso que os réus invadiram a reserva extrativista visando pesca do pirarucu, espécie da fauna aquática em extinção.

6. A reserva era ocupada por mais de quarenta famílias em três comunidades e faziam manejo de lagos e do pirarucu por mais de dois anos. A invasão (21.01.2005 a 03.08.2006) significou prejuízo para a população tradicional local (ribeirinhos) que respeitavam as regras do IBAMA, de manejo sustentável de pesca de pirarucu visando a não extinção de espécie aquática e a própria sobrevivência.

7. Nos termos do art. 14, § 1º da Lei 6.938/81 é objetiva a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, tendo o agente obrigação de indenizar, independentemente de culpa. É a teoria do risco integral adequada a proteção do meio ambiente como bem de todos.

8. Pedido de condenação em obrigação de não fazer parcialmente procedente para que os réus se abstenham de entrar ou permanecer ou instigar terceiros a invadirem a área da reserva extrativista Auatí-Paraná, sob pena de prisão por desobediência, pagamento de multa diária individual no valor de hum mil reais, perda de eventual linha de financiamento oficial de crédito e incentivos da Administração Pública até a restituição do status quo ante.

9. A apuração do dano ambiental pela pesca predatória do pirarucu será procedida em liquidação pos arbitramento levando-se em conta o período da atividade predatória (dezoito meses) e o número de réus (sete). A responsabilidade pela prática de ato ilícito é solidária.

10. Ação civil pública parcialmente procedente.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73 (fls. 812/817).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/73; 70 e 72, II, da Lei nº 9.605/98; e 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81. Sustenta que: **(I)** o acórdão recorrido foi omisso; e **(II)** os recorridos devem ser responsabilizados pela extração irregular de madeira, sendo cabível a apuração do montante indenizatório em face dessa infração.

Contrarrazões às fls. 848/857.

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo desprovimento do agravo (fls. 918/925).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal *a quo* dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No caso, a Corte de origem foi expressa em asseverar as razões pelas quais entendia descabidos os pleitos relativos à proibição da atuação dos réus no entorno da reserva extrativista e à apuração do dano ambiental decorrente da extração de madeira. Leia-se (fl. 813):

Alega o IBAMA em seus embargos que o acórdão se ressent de

omissão no tocante a pedido de que fossem os réus proibidos de intervir não apenas na área da Reserva Extrativista Auatí-Paraná, mas igualmente no respectivo entorno. Muito embora pretenda o embargante que a abstenção de intervenção na reserva se estenda ao seu entorno, não aponta na inicial a área respectiva, caso tenha sido ela definida no decreto criador da unidade de conservação. Nessa perspectiva, não cabe ao órgão jurisdicional, substituindo-se à Administração, definir qual deve ser a extensão do entorno da Reserva Extrativista em questão, obrigação que incumbe ao órgão ambiental competente, na forma da Lei nº 9.985/2000 e respectivos regulamentos.

No concernente, por outro lado, à alegada falta de pronunciamento sobre a apuração do suposto dano ambiental oriundo da extração de madeira na região, tampouco se verifica a apontada omissão, mesmo porque o IBAMA não trouxe aos autos elementos hábeis a permitir a constatação de que a exploração madeireira efetuada pelos réus, pessoas de poucos recursos que ali construíram moradias visivelmente modestas, tenha sido significativa, além de deliberadamente voltada à comercialização, a ponto de justificar o pagamento de indenização.

Afasta-se, assim, a alegada omissão ou negativa de prestação jurisdicional tão somente pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

No que concerne à tese de que o dano ambiental relativo à extração irregular de madeira deveria ser apurado, com a respectiva responsabilização de seus causadores, o trecho do *decisum* acima citado também revela que a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de que o IBAMA não demonstrou que os réus exploraram madeira na reserva, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator